

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Tem Fufuca no pedaço

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), ensaia um xeque-mate para o governo na CPMI dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro: indica o líder do PP, André Fufuca (MA), para a relatoria. Assim, o governo não teria como vetar o líder de um partido supostamente aliado. E nem a oposição, uma vez que o presidente do PP, Ciro Nogueira, já se declarou opositorista. Até amanhã, esse estica-e-puxa pela relatoria e presidência da comissão vai virar uma guerra fria.

PL quer controle da CPMI

Interessado em comandar a CPMI do 8 de janeiro, o PL pretende dar uma de suas vagas a que terá direito nos espaços de poder da comissão para o deputado Evair de Mello (PP-ES) e, assim, conseguir a presidência da investigação. Só tem um probleminha: neste caso a relatoria ficaria para o Senado, algo que a Câmara não deseja abrir mão.

É hoje...

...que os presidentes Lula e o de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, poderão medir o poder de mobilização do Chega contra um líder da esquerda, no caso o brasileiro. André Ventura, líder do partido da extrema direita portuguesa, em ascensão no país, promete a maior manifestação contra um chefe de Estado estrangeiro. Lula fala na Assembleia da República, hoje, antes de embarcar para a Espanha.



Condeno veementemente as invasões de terra. Isso não ajuda ninguém e cria uma insegurança jurídica que trava investimentos no país. Pensávamos que a presença de João Pedro Stédile na comitiva oficial à China fosse para pacificar, mas não foi. Antes de voltar, tivemos invasões. Não é assim que os problemas serão resolvidos"

Da senadora Tereza Cristina (PP-MS), ex-ministra da Agricultura e coordenadora da Frente Parlamentar de Agricultura (FPA) no Senado.

Katia na corda bamba

Apesar dos vários títulos e da anuência do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ex-senadora Kátia Abreu sofre resistências do Banco do Brasil para assumir a diretoria de agricultura da instituição. A corporação alegou falta de experiência bancária da ex-ministra. Além de ter sido senadora, ela foi ministra da Agricultura no governo Dilma Rousseff e presidente da Confederação Nacional de

Agricultura (CNA). Porém, depois do vexame da Apex — onde o ex-senador Jorge Vianna terminou desgastado ao mudar o estatuto por não ter proficiência em inglês e fazer um discurso errático sobre o agronegócio brasileiro —, as instituições estão com as barbas de molho.

Em tempo: há outras razões menos republicanas. A principal delas é que o PT está de olho no cargo. Resta saber quem vai vencer essa queda de braço.

Maurice



CURTIDAS

O 48º senador/

O líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA, foto), manifestou interesse em integrar a Frente Parlamentar do Agro (FPA). Ele ainda não assinou oficialmente seu ingresso no colegiado, mas, conforme o leitor da coluna já sabe, promete apoiar as pautas do setor.



Pedro França/Agência Senado

Difícil concordar com tudo/ A FPA não vota unida em todas as questões e tem, pelo menos, um projeto que Wagner estará contra a frente: o da volta da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que o governo Lula quer transferir para o Ministério do Desenvolvimento Agrário tirando-a da pasta da Agricultura. A FPA está praticamente fechada na defesa dessa proposta.

Finalmente algum elogio/ As escolas portuguesas não vão gostar, uma vez que a maioria sequer considera português o idioma falado no Brasil. Mas, ontem, na entrega do Prêmio Camões a Chico Buarque, tanto o presidente Marcelo Sousa quanto o primeiro-ministro António Costa exaltaram o sotaque brasileiro. O presidente português, inclusive, tentou imitar como se fala no Brasil. Momento de descontração mais que bem-vindo para a comitiva de Lula.

Janja faz escola/ Depois de a primeira-dama Janja Lula da Silva atravessar a rua para comprar uma gravata nova para Lula usar no encontro com Marcelo Sousa, foi a vez da advogada Carol Proner, mulher de Chico Buarque, comprar uma para o marido receber o Camões. É mais um movimento no sentido de mostrar que se trata de um gesto de carinho e não um motivo de desgaste de imagem.

José Sarney, 93 anos/ Ontem foi o dia de abraçar o ex-presidente numa das festas open house mais concorridas da cidade. Chegar a essa idade com tamanho prestígio, depois de tantos altos e baixos, é privilégio de poucos.

PODER

Sarney une da direita à esquerda

Ao completar 93 anos, ex-presidente agrega figuras de proa de todos os espectros políticos e representantes de governo, STF e Congresso

» ANA DUBEUX
» DENISE ROTHENBURG
» PEDRO GRIGORI

O ex-presidente José Sarney abriu as portas de sua casa, ontem, no Lago Sul, para receber amigos e comemorar seu aniversário de 93 anos. Na lista de convidados, nomes dos mais diversos espectros políticos. Entre eles, Geraldo Alckmin, presidente em exercício; Michel Temer, ex-presidente; Alexandre de Moraes e Ricardo Lewandowski, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); Flávio Dino, ministro da Justiça; Ibaneis Rocha, governador do Distrito Federal; Gleisi Hoffmann, presidente do PT; José Roberto Arruda e Paulo Octávio, ex-governadores do DF; Augusto Aras, procurador-geral da República; e Bruno Dantas, presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

O grande número de figuras importantes da política nacional

mostra a influência que Sarney continua exercendo. No último mês, por exemplo, recebeu ligações e deu conselhos para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e para Valdemar da Costa Neto, presidente do PL — nomes posicionados em campos opostos.

Em viagem a Portugal, o petista não compareceu ao aniversário do amigo de longa data, mas ligou logo cedo e o parabenizou. Quem também o telefonou foi o presidente português Marcelo Rebelo de Sousa para desejar “calorosas e sentidas felicitações” e “votos amigos de prosperidade, saúde e bem-estar” — segundo informado pela assessoria.

A comemoração foi organizada pela deputada federal Roseana Sarney (MDB-MA), filha do ex-presidente, e contou com todas as gerações da família — filhos, netos e bisnetos.

Então vice de Tancredo Neves, Sarney assumiu o comando do país com a morte do último

presidente vencedor do pleito no chamado Colégio Eleitoral — derrotou Paulo Maluf, apoiado pelo general João Baptista Figueiredo, que encerrou o ciclo ditatorial militar no país. Nascido no município maranhense de Pimenteiras, em 1930, Sarney tornou-se o 31º presidente do Brasil, entre 1985 e 1990, sendo o primeiro após mais de duas décadas de regime autoritário.

Declaração de voto

No ano passado, durante o segundo turno das eleições presidenciais, Sarney decidiu apoiar um antigo opositor e declarou voto em Lula. O ex-presidente denunciou o autoritarismo do ex-presidente Jair Bolsonaro e o comparou com líderes da extrema direita e de regimes totalitários.

“Esse voto não é para quatro anos de governo: é um voto para o destino do Brasil. O voto em Bolsonaro é voto contra as

instituições, que terá como consequência anos de autocracia, um regime de força, construído na mentira sistemática e no abuso do poder”, acusou.

Antes da Presidência, Sarney foi eleito deputado federal, governador do Maranhão e senador. Assumiu interinamente o poder em 15 de março de 1985, após Tancredo se afastar para tratar uma enfermidade. Com a morte do político mineiro, em 21 de abril daquele ano, foi efetivado no comando do país, deixando-o em março de 1990 — quando passou a faixa presidencial para Fernando Collor, primeiro presidente eleito por voto popular após a ditadura.

Eleito em 17 de julho de 1980 para Academia Brasileira de Letras, ocupa a cadeira 38 e sucedeu o escritor, sociólogo e político José Américo de Almeida. Foi recebido, em 6 de novembro de 1980, pelo acadêmico e também maranhense Josué Montello. Sarney é o decano da ABL.



Ex-presidente Michel Temer cumprimenta o aniversariante, decano da ABL.

LEGISLATIVO

Lira entrega a deputado do União relatoria da LDO

» RAPHAEL FELICE

O deputado federal Danilo Forte (União Brasil-CE) foi escolhido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para ser o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. Na última Legislatura, o parlamentar foi um aliado tímido do governo Bolsonaro e relator de projetos importantes, como a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) “Kamikaze” — medida que liberou gastos fora do

teto às vésperas da eleição para alavancar a fracassada campanha do ex-presidente da República à reeleição.

Apesar de ter atuado com o governo de Bolsonaro, a história de Forte na política mostra que ele é um político maleável e provavelmente não trará problemas para o governo na montagem da relatoria da LDO. Em seu currículo, o deputado já passou por legendas de diversos espectros políticos: já esteve na esquerda e na centro-esquerda, com as

filiações ao PCdoB e ao PSB; no centro, como no MDB; e hoje está na direita — passou por DEM, PSDB e hoje integra a bancada do União Brasil.

Com a indicação de Forte, Lira contempla o partido presidido pelo deputado Luciano Bivar (PE) — a legenda foi a primeira a anunciar apoio à reeleição do presidente da Câmara e na esteira estava uma indicação para a relatoria do Orçamento, com Celso Sabino (União Brasil-PA) como nome mais cotado.

A LDO define quais serão as metas e prioridades para o ano seguinte e estabelece as bases da LOA (Lei Orçamentária Anual). O governo enviou o texto ao Congresso no último dia 14, na qual prevê o aumento do salário mínimo para R\$ 1.389.

Arcabouço

O primeiro round que o governo enfrentará na tramitação do arcabouço fiscal dentro da Câmara será a alteração da regra

que prevê como crime de responsabilidade contra o presidente da República o descumprimento da meta fiscal. A base aliada defende que essa emenda seja retirada.

Pela regra atual, o governo federal já é obrigado a obedecer a meta fiscal. Mas nos últimos sete anos, para que fosse cumprida, o Congresso precisou alterar-la para que Michel Temer e Jair Bolsonaro não fossem enquadrados na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Segundo o vice-líder do governo no Congresso, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ), “muitas variáveis” compõem a política fiscal e, por isso, o não cumprimento da meta não deve ser considerado crime. “O presidente do Banco Central não cumpriu metas de inflação dois anos seguidos. Quando não cumpre, sabe o que faz? Manda uma carta ao Congresso. São tantos fatos que você pode errar e não é necessariamente crime”, disse.